



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



ANEXO I

TERMO DE ADESÃO

Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação CNMP - CAU/BR de 22 de agosto de 2016.

Cláusula Primeira Do Objeto

1. O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul-MP/RS, representado neste ato por seu Procurador-Geral de Justiça, Fabiano Dallazen, vem aderir ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e o Conselho de Arquitetura e urbanismo do Brasil – CAU/BR em 22 de agosto de 2016, visando ao aperfeiçoamento e à atualização das atividades dos profissionais da arquitetura e urbanismo, membros e servidores do MP/RS e a execução de ações complementares de interesse comum, com o objetivo de garantir a implementação das exigências de acessibilidade previstas na legislação brasileira.

Cláusula Segunda Da Execução e do Acompanhamento

2.1 O MP/RS, quando couber, participará da elaboração de plano de trabalho e se responsabilizará pelo acompanhamento e fiscalização da execução das ações decorrentes do Acordo de Cooperação, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

2.2 No prazo de 30 (trinta) dias, contado do início da vigência do presente Termo de Adesão, o MP/RS indicará um representante para atuar como interlocutor nas ações decorrentes do Acordo de Cooperação.

Cláusula Terceira Dos Recursos financeiros

3. Nenhum repasse ou transferência de recursos financeiros decorrerá do presente



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Termo de Adesão.

Cláusula Quarta Da Vigência

4. O presente Termo de Adesão vigorará a partir do respectivo extrato no Diário Oficial da União, pelo CNMP.

Cláusula Quinta Da Alteração e da Renúncia

5. Este instrumento poderá ser alterado por consenso, por meio de termo aditivo, ou denunciado por qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, reputando-se extinto trinta dias após o recebimento da comunicação por qualquer dos convenientes, sem que disso resulte ao partícipe denunciado o direito à reclamação ou à indenização pecuniária.

E por estarem de acordo os partícipes, foi lavrado o presente Termo de Adesão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinadas pelos respectivos representantes, destinada uma para cada partícipe.

Brasília, 20 de dezembro de 2017.

Fabiano Dallazen,
Procurador-Geral de Justiça,
Ministério Público do Estado do Rio Grande
do Sul.

Adriana Zawada Melo,
Secretária-Geral,
Conselho Nacional do Ministério Público.

Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz,
Presidente,
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do
Brasil.